

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE COLONIAL

Fátima Martins Lopes

LOPES, Fátima Martins. História indígena e historiografia do Rio Grande do Norte colonial. in ALVEAL, C. FAGUNDES, J. E. ROCHA, R. N. A. (org.). *Reflexões sobre história local e produção de material didático*. Natal : EDUFRN, 2015. p. 203-252.

O Lugar dos índios na história

Tradicionalmente, a historiografia brasileira atentava para a existência dos índios apenas nos primeiros trinta anos da nossa “história do Brasil”. Depois, quando muito, apareciam em lutas de oposição à colonização, impedindo a instalação das colônias, atacando fazendas, dizimando o gado. Aos poucos, os índios saíam de cena, dando lugar aos negros escravos trazidos da África e aos luso-brasileiros na sua ânsia de colonizar o Novo Mundo. Nos trabalhos sobre o Brasil Imperial e a República, esse cenário não foi diferente e aos índios foram relegados papéis secundários como “submissos”, “acomodados”, “aculturados” e “desaparecidos”. Somente muito recentemente foi que se começou a tratar o indígena e seu mundo como objetos de estudo históricos mais aprofundados, aceitando-o também como elemento importante na estrutura socioeconômico-cultural do Brasil colonial, imperial e dos dias atuais.

Muitas explicações foram dadas para o pouco registro do tema indígena na historiografia, como as dificuldades na obtenção de fontes, em comparação com as que tratam sobre os escravos negros, cujos registros são mais comuns nos arquivos. Não podemos deixar de levar em conta as dificuldades surgidas da rarefação de

documentos, porém, também podemos tentar entender essas ausências historiográficas pelas características da própria sociedade e historiografia brasileiras.

Ainda no período colonial, encontramos muitos relatos ou crônicas cujos autores – padres jesuítas, frades franciscanos, soldados, senhores de engenho, oficiais do rei e outros – apresentaram os índios como os grandes opositores à conquista e à colonização. Por exemplo, a “História do Brasil” (1627), de Frei Vicente do Salvador, que foi baseada em relatos ouvidos, na vivência do autor e nas leituras dos escritos da época, relata 125 anos de “história do Brasil”, descrevendo a terra e seus habitantes, o processo de ocupação do território, enfatizando as lutas de conquista dos índios e dos “invasores”, como os franceses e holandeses.

Na primeira parte do livro, Salvador incluiu relatos sobre os modos de vida de grupos indígenas conhecidos na altura, repetindo ideias e relatos que foram seguidamente utilizados pelos historiadores do século XIX e XX, como esta passagem descritiva sobre os índios:

Nem uma fé têm. Nem adoram a algum deus; nem uma lei guardam ou preceitos, nem têm rei que lha [sic] dê e a quem obedeçam, senão é um capitão, mais pera a guerra que pera a paz, o qual entre eles é o mais valente e aparentado (SALVADOR, 1954, p. 73).

¹ Observamos que o conceito “História do Brasil” era então utilizado para relatar os fatos relativos ao domínio português do novo espaço colonial que se abria com a chegada de Pedro Álvares Cabral, distinguindo-se da acepção moderna que a historiografia brasileira trata.

Essa fórmula – índios sem fé, lei ou rei – foi exaustivamente repetida por outros cronistas, anteriores e posteriores a ele, e nos indica a preocupação que tinham quanto à necessidade de impor a autoridade, a moral e os valores da cultura europeia, sobre o que eles poderiam considerar como espaços vazios e/ou perigosos na cultura nativa.

A partir da segunda parte de seu livro “História do Brasil”, Salvador preocupou-se com o processo de colonização e os índios passaram a aparecer apenas nos relatos das guerras, como barreiras à colonização e ao desenvolvimento das colônias já instaladas, como na passagem sobre a determinação da conquista do Rio Grande:

Informado Sua Majestade das coisas da Paraíba e que todo o dano lhe vinha do Rio Grande, onde os franceses iam comerciar com os potiguares, e dali saíam a roubar os navios que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas mas as pessoas, e vendendo-as aos gentios pera que as comesssem, querendo atalhar a tão grandes males, escreveu a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor em Pernambuco, encorrendo-lhe muito que logo fôsse lá fazer uma fortaleza e povoação... (SALVADOR, 1954, p. 291).

Essas situações de guerra e resistência indígenas à colonização, que também foram apresentadas por outros cronistas, acabavam por justificar um processo de dizimação de muitos povos indígenas que foram sendo substituídos pelos escravos negros, tidos nos relatos coloniais como mais adequados aos interesses produtivos portugueses. Além disso, muitas das ideias estereotipadas que circulavam nas crônicas coloniais estavam presentes nas discussões teológicas e políticas

acontecidas na Europa sobre os povos da América. A Bula “Sublimis Deus” (1537, Papa Paulo III) admitiu que os nativos americanos eram “criaturas humanas e, como tais, suscetíveis de fé e salvação”, no entanto, não impediu a sua escravidão, que perdurou sendo uma instituição oficial e lícita nas terras coloniais da América Portuguesa, principalmente sob a alegação de impedimento de disseminação da religião católica.

Percebe-se que nos relatos coloniais a temática indígena foi minimizada frente à negra, pois o que se privilegiava naquele momento era o relato do que seria mais produtivo à metrópole, e os índios não faziam parte desse mundo “produtivo”. Ao contrário, em muitos dos cronistas encontramos o estereótipo de índios que resistiam ao trabalho sedentário, como na Crônica da Companhia de Jesus (1663), do Padre Simão de Vasconcelos, que traz um amplo relato sobre os indígenas do Brasil, anotando: “Nos mais costumes são como feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos” (VASCONCELOS, 1977, p. 98).

Foi esse legado de ideias coloniais que, repetido continuamente, construiu uma imagem de “índio” que foi generalizada segundo os interesses coloniais, seja para controlar a terra e sua população, seja para transpor a cultura europeia para o Novo Mundo. Nesse universo que se pretendia construir através dos relatos, os índios que se rebelassem e resistissem à colonização poderiam ser mortos justificadamente e aqueles que aceitassem a colonização seriam assimilados através das ações de missionários e outras pessoas dispostas a introduzi-los na cultura europeia. Dessa forma, os relatos coloniais apresentavam os índios como seres “domesticados”, que perderam sua cultura e que estavam destinados ao desaparecimento.

A historiografia brasileira nascida no século XIX, herdeira dessas imagens coloniais, expôs sua visão sobre a América e seus nativos: uma imagem melancólica, romântica, na qual os índios ou estavam mortos, ou eram identificados como preguiçosos, bêbados, amorais e não-adaptados ao mundo civilizado. A historiografia brasileira de então, instalada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, baseava-se nas ideias positivistas, em que a história de um povo era a história de um país e, portanto, uma história política e econômica dos que “venceram” e mantiveram-se no poder, daí a constante preocupação com os feitos e glórias do português colonizador. O negro, pelo importante papel que desempenhava na sociedade quando essa historiografia se iniciava, era visto como inferior, mas necessário para o trabalho. Nesse entendimento, o índio, que fora substituído pelo negro, era considerado menos ainda que este e, portanto, visto como tendo contribuído pouco para a construção do país: no máximo mostrou os espécimes vegetais comestíveis; cedeu alguns objetos, como a rede; aliviou a tensão sexual dos portugueses pela “ausência” de mulheres brancas; mas trabalho, que era necessário, não ofereceu. Para essa historiografia, o índio era um “perdedor”: perdeu a terra, a honra, a cultura; era uma figura “morta” e “desaparecida” na História.

Um dos exemplos dessa historiografia é a “História Geral do Brasil” (1854), de Francisco Adolfo Varnhagen, que ressaltou o papel “civilizador e cristão” dos colonos quando ensinaram os índios a “adotarem hábitos civilizados” (VARNHAGEN, 1975, p. 219), e advertiu que não se deveria sentir vergonha do que foi feito pelos colonizadores, mas entender seus “instintos significadores”. Para Varnhagen, o índio era “[...] vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremacia da consciência [...]” (VARNHAGEN, 1975, p. 217), e

deveria ser o trabalho o que o conduziria à civilização. No entanto, a “piedade dos reis” havia proibido a escravidão indígena, o que fez com que os índios fossem substituídos pelos escravos negros que, afinal, “[...] sabia-se por experiência [...] eram mais fortes, e resistiam mais ao trabalho aturado do sol do que os índios” (VARNHAGEN, 1975, p. 223). A partir daí, em sua obra, o índio passou a personagem secundário da história que só era trazido ao palco para confirmar seus adjetivos de “bárbaro” e “dissimulado”, e para sustentar que a sua contribuição à formação do país era apenas folclórica.

A historiografia do século XX, por sua vez, herdeira direta dessa produzida a partir do Instituto Histórico, estava preocupada com a formação da nacionalidade, porém com dois fatores novos: a crise do trabalho compulsório (abolição da escravidão) e a consolidação da República, o que exigia uma nova explicação histórica para a formação do povo brasileiro.

Capistrano de Abreu, com o seu livro “Capítulos de História Colonial (1500-1800)” (1907), é um dos representantes mais significativos desse período: sua contribuição está em ver a civilização brasileira formada dentro do Brasil, e não apenas vinda da Europa. Ele ressaltou os aspectos econômicos, políticos, geográficos e psicológicos que formaram a nacionalidade como produto do meio e das etnias envolvidas. Dessa forma, encarou os índios também como formadores da nacionalidade. Dizia ele: “[...] os escravos indígenas, com todos os percalços (doenças, morte, fuga), auxiliaram extraordinariamente aos que começaram a vida nestas terras [...]” (CAPISTRANO DE ABREU, 1976, p. 53). Porém, para ele, o “desaparecimento” dos índios trouxe como consequência o aumento da importação de escravos negros, ficando, assim, o índio também limitado a uma atuação fugaz,

logo substituída pela dos negros, que, juntamente com os brancos, formariam a grande massa do povo.

Na década de 1930, Gilberto Freyre publicou a sua obra “Casa Grande e Senzala” (1933), livro marco do estudo histórico-sociológico do Brasil. Pensando na formação da nacionalidade e em buscar as raízes brasileiras, procurou incorporar o povo, incluindo aí os negros e índios. No entanto, para Freyre, o índio pouco havia contribuído:

57
29

Do indígena quase que só se aproveitou na colonização agrária do Brasil o processo da coivara [...] se formos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário, temos que concluir pela quase insignificância desse esforço (FREYRE, [198-], p. 131).

As atividades ligadas por ele ao índio eram as de caçador, pescador, remador, guerreiro, mas nunca a de “trabalhador”. Tampouco o registrou como escravo:

Se os índios de tão boa aparência de saúde fracaçaram, uma vez incorporados ao sistema econômico do colonizador, é que foi para eles demasiado brusca a passagem do nomadismo à sedentariedade [...] O resultado foi evidenciar-se o índio no labor agrícola o trabalhador banezeiro e moleirão que teve de ser substituído pelo negro. Este, vindo de um estádio de cultura superior ao do americano, corresponderia melhor às necessidades brasileiras de intenso e contínuo esforço físico (FREYRE, [198-], p. 189).

Vê-se que, para Freyre, a ideia da substituição do índio “incapaz e molengo” (FREYRE, [198-], p. 269) pelo negro é evidente: o negro o substituiu por superioridade física e cultural. Para ele, a formação do Brasil, no entanto, contou com a contribuição inestimável da mulher índia “recém-batizada, esposa e mãe de família” (FREYRE, [198-], p. 127) que, ao se miscigenar com os colonos brancos, garantia uma prole “superior”.

Nessa mesma década, ainda na busca das raízes, surge outra vertente historiográfica que procurou estudar as estruturas econômicas e sociais básicas, e enquadrar o Brasil colonial num esquema de relações com o mundo europeu, observando o que era predominante ou o que se “encaixava” nos “quadros” predeterminados de teorias econômicas. No fim da década de 1930, Roberto Simonsen lançou seu livro “História Econômica do Brasil” (1938), que iria iniciar essa linha na historiografia brasileira, interessando-se pelas principais matérias-primas para exportação, como açúcar e tabaco, e seu significado para a economia mercantil. Tratando da economia em geral, pouco analisou as relações entre brancos e índios, que foram tratados como “parceiros” iniciais das trocas comerciais – escambo – num período de pouca importância chamado por ele de “Ciclo do Pau-Brasil”.

Nesse mesmo contexto, Caio Prado Junior, em seu livro “História Econômica do Brasil” (1945), também pouco adicionou ao que já havia sido escrito sobre a “incapacidade”, o “baixo nível cultural” e a “rala demografia” indígenas, dizendo ele:

Não seria grande, por isso, o serviço que prestariam aos colonos, que foram obrigados a se abastecer de mão-de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade

ao trabalho organizado que deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias, resistiram e foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos (PRADO JUNIOR, [198-], p. 10).

Nas décadas seguintes de 1950 a 1970, seguiram-se trabalhos sobre a história do Brasil nessa mesma ótica: sempre minimizando a importância da população índia e sua contribuição na formação do Brasil.

Fernando Novais, por exemplo, em seu livro “Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial” (1986), é seguidor da ideia do “sentido” da colonização de Prado Junior e centrou sua pesquisa nas relações externas entre colônia e metrópole, em que a primeira era vista como um “apêndice” da segunda, estruturando o “enriquecimento” de Portugal. Dessa forma, o indígena foi citado apenas na “fase de implantação” da colonização, sendo substituído principalmente pela “preferência” ao escravo negro. Dizia:

[...] o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias em escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia (NOVAIS, 1986, p. 89).

Para ele, a pouca importância do indígena na História do Brasil não estava na sua inaptidão ao trabalho, mas na sua não vinculação primordial ao comércio de exportação.

Nessa mesma perspectiva, foram feitas algumas sínteses da História do Brasil utilizadas nos bancos escolares e de graduação por gerações, sendo a mais representativa a “História Geral da Civilização

Brasileira”, organizada por Sérgio Buarque de Holanda. Nela percebemos o mesmo privilegiamento do que é genérico e predominante na história colonial: presença negra e “desaparecimento” indígena. Outros trabalhos desse tipo continuaram mantendo tal perspectiva, como o de Maria Yedda Linhares, “História Geral do Brasil” (1990), em que perdura a ideia da população indígena de somenos importância e apenas para os períodos iniciais da colonização; e o de Bóris Fausto, “História do Brasil” (1994), que se atreve à temática indígena apenas para explicar por que os indígenas foram substituídos pelos negros escravos, repetindo as mesmas justificativas da herança colonial – “cultura pouco afeita ao trabalho estável” e “drástica queda demográfica” (FAUSTO, 1994, p. 649).

Nova historiografia sobre as temáticas indígenas

A partir da década de 1980, a historiografia brasileira apresentou uma nítida mudança na maneira de pensar a História: preocupou-se mais com as especificidades do que com as generalizações; colocou em xeque as “verdades” sedimentadas e reiteradas até então.

Influenciada pelas mudanças introduzidas no estudo da História pela Escola dos *Annales*, pela Escola de Frankfurt e por pesquisadores, antropólogos e filósofos que inovaram nas suas metodologias e abordagens, como Edward Thompson e Michel Foucault, a historiografia brasileira incorporou as novas perspectivas possibilitadas pela importância dada a novos objetos de estudo, novos métodos e novas abordagens. Buscava-se mais o entendimento dos elementos sociais, culturais e mentais do que apenas os econômicos e políticos,

entrosando-os e dando importância correlata a cada um. Essa bibliografia começou a se preocupar mais com as “minorias”, valorizando também o que não era predominante ou geral, buscando as especificidades das etnias, das regiões e das épocas diversas. Passou da descrição e apologia dos “grandes fatos” para a análise do microambiente, dos homens comuns e do cotidiano, que sempre estiveram ausentes da História do Brasil, e retornou-se às pesquisas empíricas nos arquivos, superando os estudos teóricos de gabinete.

Com o incremento da pesquisa empírica – baseada, em certa medida, no crescimento das Pós-Graduações em História no Brasil –, a visão da História do Brasil foi ampliada, saindo das limitações do trinômio latifúndio/escravidão negra/sistema de plantation e olhando também para o trabalho livre, para os sistemas de produção de alimentos e para as diferentes relações sociais, demonstrando a diversidade histórica regional e local, e a complexidade das relações entre o mundo colonial e o mundo metropolitano.

É certo que não foi apenas a influência de “escolas históricas” que transformou a historiografia brasileira, pois se vivenciava no país um novo momento com o término do período ditatorial, quando a movimentação política popular teve um grande ressurgimento. Nesse contexto, pode ser entendida a nova preocupação histórica com as “minorias” (étnicas, sociais e de gênero), com os “marginais” da história, entre eles, os índios.

Durante o período militar, havia-se ampliado a ocupação do território nacional, incluindo grande parte do Centro-Oeste e da Amazônia, o que levou ao rápido processo de contato com populações indígenas internadas nas áreas menos acessíveis. As estradas – Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto

Velho, Belém-Brasília – chegaram a áreas inacessíveis ou cortaram parques e reservas indígenas. Terras foram concedidas para projetos agrícolas e de mineração e para a construção de hidrelétricas, com seus lagos de inundação, colocando grupos indígenas em contato com essas frentes de penetração, causando, como anteriormente, doenças, guerra, morte. Os índios voltaram às discussões nacionais por estarem em meio, e muitas vezes vistos como novos empecilhos, ao chamado “progresso” do país. Tais fatos levaram a um movimento da opinião pública e de instituições de apoio à causa indígena, provocando novas lutas, com mobilizações dos índios, com denúncias à imprensa, chegando mesmo a conseguir uma candidatura e eleição do Chefe Xavante Juruna, em 1982².

Por outro lado, as discussões sobre os direitos das minorias étnicas e sociais na Assembleia Nacional Constituinte, na década de 1980, levaram a que estudiosos fossem chamados a auxiliar os Constituintes com informações e dados que pudessem dar amparo às propostas de artigos para incorporação das reivindicações dessas minorias. Dentre elas estavam os indígenas, que se mobilizaram, apresentando também

² Algumas Instituições de apoio à questão indígena fundadas na época citada: CIMI - Conselho Indigenista Missionário (1972) – órgão oficial da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e da Igreja Católica Romana; Comissões Pró-Índio (1978) – organizadas em diversas unidades da Federação, dedicadas à denúncia e à tomada de consciência da questão indígena; PETI (1986) – Pesquisa, Estudo e Terras Indígenas/Museu Nacional/UFRJ; MARI (1989) – Grupo de Educação Indígena/MEC/USP; Associação Brasileira de Antropologia; e diversos grupos de União Indígena de âmbito local e regional. A única União Nacional (UNIND) teve pouca duração e não foi reconhecida pela FUNAI. Sobre as Instituições de Apoio à Questão Indígena ver Silva e Grupioni (1995, p. 29-60). Sobre a situação defladradora das discussões sobre os índios do Brasil, ver Beozzo (1983) e Cunha (1987).

sus necessidades e solicitando reconhecimento de seus direitos, aparecendo na mídia e reaparecendo para a comunidade nacional como surgidos do passado.

Tal situação trouxe à tona no mundo acadêmico discussões sobre a “identidade” e “direitos” indígenas, principalmente porque na Constituinte iriam ser discutidos os seus direitos historicamente negados³.

Sendo um item intrinsecamente ligado às discussões sobre os direitos dos indígenas na Assembleia Constituinte, a legislação indigenista foi um dos primeiros focos de estudo histórico sobre o indígena. Dentro do contexto já relatado, surgiram dois livros básicos: “Leis e Regimentos das Missões” (1983), de José Oscar Beozzo, e “Política Indigenista dos Portugueses no Brasil – 1500-1640” (1982), de Georg Thomas, que compilaram, transcreveram e analisaram as leis e regimentos que comandaram as relações entre índios e brancos no período colonial, referentes à liberdade e ao trabalho indígena⁴. Em ambas as obras, foi ressaltado que uma lei não é obrigatoriamente cumprida, mas indica as situações de confronto das sociedades em que elas surgiram.

No início da década de 90, surgiu novo livro sobre a legislação: “A Legislação indigenista no século XIX” (1992), de Manuela Carneiro da Cunha, lembrando que a lei tida como definitiva quanto à liberdade indígena do período colonial – o Diretório dos Índios –, decretada pelo Marquês de Pombal em 1757, determinou a “liberdade dos índios”

³ Ver: Cunha (1987) e Brandão (1986). Ambos foram escritos com a finalidade de auxiliar as discussões sobre a questão dos direitos indígenas na Assembleia Constituinte.

⁴ Há duas outras obras clássicas importantes tratando sobre a legislação indigenista. No século XIX, Malheiros (1973); no século XX, Leite (1950). Apesar de não tratem especificamente sobre a legislação indigenista, trazem vastas informações sobre a legislação do Brasil colonial em geral.

sem exceções, mantendo, no entanto, a obrigatoriedade das “prestações de serviços a particulares e ao Estado”, tornando-se, na realidade, um simulacro de liberdade. Tal situação foi comprovada quando, em 1808, apesar da permanência da “proibição” da escravidão, o Regente D. João decretou a “escravização temporária” dos Botocudos por tempo determinado para “ensinar-lhes a agricultura” e os “ofícios mecânicos”, para “elevá-los a uma condição propriamente social, isto é, humana” (CUNHA, 1992b, p. 23).

Outros trabalhos trataram da escravidão no Brasil colonial, como os de Jacob Gorender, “O escravismo colonial” (1988), e Décio Freitas, “Escravidão de índios e negros no Brasil” (1980) e “O escravismo brasileiro” (1991), e dedicaram capítulos para tratar da escravidão indígena. Os dois autores discutiram, principalmente, a questão da substituição do trabalho escravo índio pelo negro, apontando a pouca sustentabilidade dessa tese, já que a escravidão indígena não deixou de ocorrer no período colonial, demonstrando ainda ser falsa também a explicação da inaptidão do índio ao trabalho. Quanto à alegada superioridade física e técnica dos negros, rebateram afirmando que as doenças e mortes por superexploração eram comuns aos dois grupos de trabalhadores. Quanto à apontada “selvageria e fome de liberdade” dos índios, em contraposição à “docilidade e submissão” dos negros, lembraram as diversas revoltas e resistências também comuns a ambos os grupos.

Nesse mesmo período, uma obra de suma importância para os estudos indígenas e que influenciou a historiografia brasileira foi a do brasilianista Stuart Schwartz. No capítulo 3, intitulado Juízes, jesuítas e índios, do seu livro “Burocracia e Sociedade do Brasil Colonial” (1979), analisou os conflitos entre colonos, Governo Colonial e missionários relativos à legislação que regulava a escravidão e as relações de

trabalho dos índios. Ressaltou a força de barganha dos colonos, ávidos pela mão de obra indígena, os quais conseguiam manter uma legislação ambígua que garantia a liberdade dos índios ao mesmo tempo em que deixava aberta a porta à escravidão e ao uso do trabalho compulsório, principalmente nas áreas do sertão e de economia periférica⁵. Para ele, a utilização da mão de obra indígena livre, pacificada e aldeada pelos jesuítas era até mais lucrativa e necessária nos primeiros tempos da colônia do que a escravidão, “[...] já que não envolvia nem um investimento a longo prazo nem os riscos e responsabilidades de proprietário” (SCHWARTZ, 1979, p. 105). Schwartz inovou ao dar uma nova ótica ao trabalho “assalariado” e compulsório dos indígenas, visto por ele como tão pesado quanto o escravo.

Em seu “Segredos Internos” (1988), Schwartz se demorou em analisar a escravidão indígena e o trabalho “assalariado” nos engenhos baianos do século XVI, e iniciou por questionar Alexander Marchant, cujo trabalho “Do escambo à escravidão” (1943) foi pioneiro na “visibilidade” do trabalho indígena⁶. Marchant explicara a escravidão indígena e sua posterior substituição pelos negros como resultado da “reação indígena” aos estímulos da oferta de mercadorias portuguesas. Para ele, a forma inicial dos portugueses obterem gêneros alimentícios e trabalho dos indígenas se dava através do “escambo” por mercadorias simples e baratas (espelhos, contas, panelas etc.), contudo, os indígenas tornaram-se “[...] cheios de si e cubicos [sic] recusavam a aceitar

5 A ambiguidade da legislação colonial é também ressaltada por Beozzo (1983); Thomas (1982); e Cunha (1992b).

6 Marchant (1943). Este trabalho contribui para oclareamento de um período extremamente mal focalizado na historiografia, o período inicial do século XVI, ressaltando a importância do trabalho indígena para a fixação do colono português no litoral brasileiro.

utensílios de ferro que antes constituíam a sua paga" (MARCHANT, 1943, p. 95). Assim, para obter os mesmos serviços de antes, os portugueses deveriam trocá-los por mercadorias cada vez mais dispendiosas (ferramentas maiores, armas de fogo, aguardente), gerando um "alto custo de vida" pela grande disputa entre os portugueses para obtenção dos "favores dos índios" (MARCHANT, 1943, p. 97), resultando, então, na "alternativa" da escravidão, que não foi tolerada pelos indígenas, os quais reagiram através de "guerras de represália", tornando a vida na colônia extremamente difícil. Portanto, para Marchant, os índios,

[...] embora valiosos na sua ajuda (no Brasil primevo), não continuaram a prover a espécie de trabalho então necessitado, e sua deficiência compeliu os fazendeiros a procurar em outra parte um suprimento de braços. Esse suprimento, encontraram-no entre os escravos negros da África [...] (MARCHANT, 1943, p. 187).

Schwartz discordou da visão "mercantilista ocidental" que Marchant deu aos índios, ressaltando, ao contrário, a forma indígena de entender o mundo sob a perspectiva comunitária quanto à produção e ao consumo em "uma sociedade na qual o status não derivava de capacidade econômica". Para ele, o escambo foi bem aceito pelos índios não pelo que lhes era oferecido, mas porque já permeava a cultura indígena sem agredi-la, mesmo quando o objeto de troca fosse o trabalho. Diferentemente, o trabalho na lavoura não foi aceito facilmente pelo índio porque agredia a cultura indígena em "aspectos fundamentais da vida e mentalidade", como a contrariedade do costume do trabalho feminino no cultivo das terras.

Assim, para Schwartz, a escravidão indígena seria uma solução encontrada para a necessidade de mão de obra sedentária dos engenhos também sob a "[...] influência da natureza da sociedade indígena e da dinâmica interna das percepções e necessidades dos nativos" (SCHWARTZ, 1988, p. 45). Sua inovação foi fazer um entrosamento das ações e do mundo indígenas com a realidade colonial, reputando-os como um dos principais fatores influenciantes nas decisões dos senhores coloniais, afastando-se da ideia das determinações externas das decisões coloniais e da passividade indígena.

No seu capítulo 3, Primeira escravidão: do indígena ao africano, Schwartz utilizou vários documentos dos engenhos e os registros paroquiais para examinar e traçar, pela primeira vez, as formas, o emprego e as estruturas da mão de obra indígena nos engenhos, demonstrando que, no âmbito metodológico, não era impossível se fazer história dos indígenas no Brasil. Ressaltou que o trabalho indígena foi explorado não apenas através do cativeiro (lícito ou ilícito), mas também através do escambo e do assalariamento, que pouco amenizaram a carga dos índios na economia colonial (SCHWARTZ, 1988, p. 58). Discutiu, ainda, a passagem da predominância da escravidão indígena para a africana por causa da "[...] conjunção de fatores demográficos, econômicos e políticos que evidenciavam os riscos de uma economia alicerçada no trabalho escravo ou forçado dos índios" (SCHWARTZ, 1988, p. 52), isto é, para ele, a decisão da utilização do escravo negro foi tomada frente às condições reais que se deram na colônia, e não como uma imposição dos traficantes negreiros, nem da Europa. Conclui ele: "O regime de trabalho e a natureza da mão-de-obra foram determinados não só pela Corte, em Lisboa, ou pelos estabelecimentos financeiros de Amsterdã e Londres, mas também nas florestas e canaviais da

América" (SCHWARTZ, 1988, p. 52). Assim, Schwartz colocou também nas mãos dos índios parte da decisão sobre sua não escravização, além de evidenciar que esses primeiros tempos de escravidão indígena deixaram fortes bases na estrutura e funcionamento dos engenhos e da sociedade coloniais, viabilizando a empresa açucareira colonial (SCHWARTZ, 1988, p. 72-73).

Deve-se ressaltar ainda uma bibliografia antropológica também nova que se ocupou com o ressurgimento dos povos indígenas e com a luta pelos seus direitos sociais, econômicos e políticos, principalmente, direito ao respeito às diferenças etnoculturais. Como acontecia em toda a América Latina⁷, também no Brasil a importância da contribuição do indígena na formação dos países latinos é recuperada pela história para apoio às "emergências étnicas", que somente na década de 1990, num novo contexto político, foram possíveis de acontecer. Comprovando tal fato, num censo de 1993, foram registrados 27 grupos indígenas oficialmente reconhecidos no Nordeste, cuja população passou das 31.600 pessoas, distribuídas em 46 áreas indígenas, entre adquiridas, identificadas, delimitadas ou homologadas⁸.

⁷ Por exemplo, nos estudos de Mallon (1992) e de Peña (1994).

⁸ ÁTLAS das Terras Indígenas do Brasil apud ARRUTI, 1995, p. 59. Nesse contexto, deve-se ressaltar o trabalho importante e de longa data que diversos antropólogos, desde a década de 30 vinham fazendo sobre os índios do Brasil do ponto de vista antropológico, contribuindo também para uma revisão da história indígena e do Brasil, pois muitos desses trabalhos fazem análises históricas que contribuíram para o entendimento das consequências do contato interétnico para os índios brasileiros da atualidade: NIMUENDAJU (1981); FERNANDES (1949); RIBEIRO, (1977); OLIVEIRA, (1976); MELATTI, (1983); MOREIRA NETO, (1988); GOMES, (1988); GAGLIARDI, (1989).

Foi nessa mesma década de 1990 que surgiram publicações que podem ser consideradas marcos definidores da guinada que a historiografia brasileira deu frente ao estudo do indígena e sua participação efetiva, seja na contribuição histórico-cultural ou de seu trabalho, na História do Brasil. Dentro da perspectiva de valorização da temática indígena na História do Brasil, o Núcleo de História do Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-USP), como resultado de um projeto iniciado no ano de 1991, publicou diversos catálogos de fontes inéditas para a História Indígena, que possibilitaram novas pesquisas futuras, demonstrando a importância que a temática assumiu. Tais catálogos de fontes inéditas contribuíram para suprir a necessidade de pesquisas regionalizadas e fundamentadas em documentação que, de forma monográfica, demonstrasse esse Brasil diverso e múltiplo da nossa formação. Instrumentos de pesquisa histórica importantes foram compostos com a participação de pesquisadores de vários estados da federação sob a coordenação no NHII-USP, como, por exemplo, o "Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervo das capitais" (JOHN MONTEIRO, 1994), e o "Documentos para História Indígena no Nordeste: CE, RN e SE" (Maria Sylvia Porto Alegre, Marlene Mariz e Beatriz Góes Dantas, 1994).

Ainda dentro do mesmo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, surgiu no ano de 1992 uma publicação que serviu de baliza para essa nova visão, e também de orientador para trabalhos futuros: "História do Índio no Brasil". Organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992a), com textos escritos por diversos pesquisadores especialistas em suas áreas, optou-se por uma ótica regional, permitindo que as diferenças espaciais e temporais fossem percebidas, sem que se perdesse de vista a conexão de cada região com o contexto colonial e

imperial global. Para cada região elaborou-se um texto sobre a história do contato com os colonos, sendo o trabalho escravo ou “remunerando” sempre levantado como um dos aspectos importantes e decisivos nessas relações, demonstrando que a temática é de grande valia para o entendimento da história do índio e do Brasil, tanto no período colonial quanto imperial⁹.

Essas novas obras da historiografia brasileira sobre os índios, iniciadas nos anos 1990, entre outros aspectos, demonstraram que não havia mais “impossibilidade” metodológica para se pesquisar a História Indígena, seja sobre o século XVI ou XIX.

Os instrumentos e livros citados anteriormente permitiram que se percebesse o mundo colonial interagindo com o mundo indígena, reconstruindo as relações sociais e culturais coloniais, proporcionando a visibilidade de uma nova realidade histórica. Novas fontes de pesquisa, até então ignorados pela história tradicional para os estudos sobre os índios, passaram a ser utilizadas de forma generalizada e com profundidade, como os inventários, testamentos, registros paroquiais

⁹ Sobre política e legislação indigenista, ver em Cunha (1992a) os textos de: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). p. 115-132; para a Região Central: KARASCH, Mary. Catequese e cativeiro: política indigenista em Goiás, 1780-1889. p. 397-412; para Região do Alto Amazonas: PORRO, Antônio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas: século XVIII. p. 175-196; para Região da Amazônia Meridional: MENÉNZ, Miguel A. A Área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonos e indígenas, p. 281-296; para Região Nordeste: DANTAS, Beatriz Góis; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os Povos Indígenas do Nordeste: um esboço histórico, p. 431-456; para a Região Sul-Sudeste: MONTEIRO, John. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII, p. 475-498.

de batismo, casamento e óbito, livros de tombo das paróquias, registros das visitas episcopais, registros contábeis dos engenhos e outras unidades de produção, atas das Câmaras, correspondência oficial, mapas de produção, listas de índios pagadores de dízimos, denúncias e processo Inquisitoriais da Igreja Católica e doações de datas de sesmaria.

Como exemplo de um estudo inovador e específico sobre a temática indígena, pode-se apontar o livro “Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994), de John Monteiro. Nele, o autor discutiu a participação do indígena na história e economia paulistas do século XVI a XVIII, tratando o trabalho indígena dentro da perspectiva da escravidão voltada para o mercado interno – a produção de trigo no planalto paulista. Ao mesmo tempo, Monteiro redefiniu a função dos movimentos bandeirantes, assentados na captura e exploração da mão de obra indígena, postando-se longe das apologias aos “grandes sertanistas e desbravadores” tão caros à historiografia tradicional. Monteiro conseguiu, então, tocar em pontos consolidados na historiografia brasileira, como o papel minimizado dos índios na História do Brasil, o mito do bandeirantismo e a pouca importância das economias não exportadoras para a formação do país, contribuindo, assim, com a abertura de novas discussões sobre a dinâmica da economia e sociedade coloniais, em que a participação do indígena passou também à de “agente” histórico¹⁰. Utilizando inventários e testamentos, atas das Câmaras Municipais, entre outros documentos como fontes

¹⁰ MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. No item Contato, Alianças e Conflitos (p. 29-36), Monteiro demonstrou os índios como agentes participantes ativos das relações com os portugueses que incluíam interesses mútuos, dando, assim, características mais “racionais” aos índios que não eram percebidas na historiografia tradicional.

de pesquisa, Monteiro demonstrou, como já o havia feito Schwartz, a possibilidade metodológica de se fazer a história do indígena.

Outro exemplo significativo dos estudos indígenas da década de 1990 foi o livro “A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial”, de Ronaldo Vainfas (1995), sobre a resistência indígena à cultura europeia imposta. Mais que analisar os episódios históricos e a cultura indígena, o autor deu aos índios a atividade e a participação que lhes fora negada pela historiografia até então. Vainfas procurou perceber como os índios encararam o processo de colonização, através do estudo de um processo inquisitorial sobre um movimento religioso indígena que atraiu mamełucos e colonos chamado Santidade do Jaguaribe, ocorrido na Bahia seiscentista. O interessante do seu estudo é ter apontado para a incorporação de novos elementos culturais europeus pelos indígenas que, reelaborando-os e ressignificando-os, preparavam-se para enfrentar a nova realidade social em que viviam. Para Vainfas, o que acontecia era uma conjunção intercultural – que vai muito além da noção de “aculturação” utilizada até então –, definindo uma nova forma de organização social surgida a partir do contato entre brancos, indígenas, negros e mestiços.

Todos esses estudos tiveram também reflexos no Nordeste. Em 1996, aconteceu o I Encontro de Etno-história do Nordeste, reunindo pesquisadores interessados em História Indígena e da escravidão negra de todo o Nordeste, com representantes das academias, dos arquivos, dos Institutos Históricos e dos movimentos sociais dessas chamadas minorias. Era o início da formação de vários pesquisadores que hoje já têm suas teses divulgadas e estudadas por novos pesquisadores e estudantes: Pedro Puntoni (A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720), Maria Idalina

Tpires (Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas, 1757-1823), Ricardo Pinto de Medeiros (O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial), Fátima Martins Lopes (Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no Século XVIII), Isabelle Braz Silva (Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino), Maria Regina Celestino (Metamorfoses indígenas), entre outros.

Estes trabalhos têm sido de grande importância para dar nova visibilidade ao papel dos indígenas na história colonial. A passividade e submissão ao colonizador têm sido postas em questão pelos estudos sobre as diversas formas de resistência e acomodação cultural experimentadas na vivência do cotidiano. A indolência e preguiça, sempre apontadas pelos coloniais como inatas, têm sido contraditas pelos trabalhos que apresentam os indígenas como os trabalhadores essenciais para a estruturação do sistema canavieiro e açucareiro no Nordeste colonial, assim como trabalhadores nas mais diversas atividades (pesca, pecuária, agricultura, artesanato, construção civil, administração colonial) em capitâncias cuja economia não era suficiente à manutenção da escravidão negra, como a do Rio Grande do Norte. De forma semelhante, o processo de “desaparecimento” da população indígena tem sido estudado, para que não seja mais tomado no âmbito do mistério, como Câmara Cascudo indicara: “foram desaparecendo misteriosamente” (CASCUDO, 1955, p. 38), mas sim como um processo construído pela historiografia tradicional que procurava “branquear” a população nacional, ocultando as nossas origens indígenas.

A historiografia norte-rio-grandense e os indígenas

Na historiografia norte-rio-grandense, esse processo historiográfico de omissão do papel dos indígenas na História não foi diferente. No período colonial, os indígenas aparecem nos primeiros momentos do contato impedindo belicosamente a implantação da colonização portuguesa. Para a historiografia tradicional, a ação dos Potiguaras, moradores do litoral potiguar, é, nesse momento, sempre associada aos interesses franceses que estariam tentando “roubar” o que pertenceria a Portugal. Do mesmo modo, no século seguinte, quando os Tarairius, habitantes dos sertões, entraram em contato com a colonização, também teriam agido belicosamente, dessa vez, porém, associados aos interesses holandeses, novos pretendentes das terras “portuguesas”, justificando a chamada “Guerra dos Bárbaros”.

Desses dois momentos, o que é registrado e consolidado na nossa historiografia clássica é a passividade com que os Potiguaras passaram a aceitar a colonização após os primeiros entraves, desaparecendo perdidos em meio à população colonial ou limitados a viver nas Missões religiosas estabelecidas; sobre os Tarairius, registra-se sua belicosidade, a qual levou esse povo a resistir impetuosamente à colonização e, consequentemente, serem levados ao desaparecimento pela guerra.

Após esses eventos belicosos, os indígenas do Rio Grande do Norte praticamente desaparecem dos livros, tanto os historiográficos como os didáticos. Os indígenas raramente citados são os que viviam nas Missões, nas quais eram catequizados e “civilizados” pelos missionários, no entanto, os historiadores preocuparam-se apenas em localizar e identificar as Missões do Rio Grande, seus missionários e etnias

ildeadas em cada uma, apontando que nelas ocorria um “processo de culturação” indígena essencial ao sucesso da colonização.

Essa foi a visão dos primeiros pesquisadores, sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que trabalharam com o acervo documental da referida entidade e obras dos cronistas do Brasil colonial, publicando sua produção na revista do mesmo Instituto. Esses historiadores tradicionais do estado abordaram o tema indígena de forma tangencial, dada a sua preocupação com a história da colonização portuguesa da antiga Capitania do Rio Grande: Vicente Lemos, “Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte”, v. 1 (1912); Augusto Tavares de Lyra, “História do Rio Grande do Norte” (1912); Rocha Pombo, “História do Estado Rio Grande do Norte” (1922); Luís da Câmara Cascudo, “História do Rio Grande do Norte” (1955) e “História da Cidade do Natal” (1947); Vicente Lemos e Tarcísio Medeiros, “Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte”, v. 2 (1980).

Vale salientar ainda que a bibliografia acima citada se caracteriza pelo estilo peculiar da época de narrar e informar os acontecimentos, registrando datas e fatos. Por exemplo, Luís da Câmara Cascudo, no seu livro “História do Rio Grande do Norte” (1955), trouxe alguns capítulos sobre os índios, identificando sua etnia, localização e costumes; relatou, ainda, especificamente, uma parte sobre a Guerra dos Bárbaros, identificando-a como um movimento de resistência indígena à colonização portuguesa na capitania. Quanto à presença dos indígenas nas Missões, suas informações restringiram-se às cronologias, às sequências factuais de atividade missionária e a recenseamentos populacionais, não iniciando qualquer tentativa de análise ou interpretação das relações estabelecidas entre índios e colonos e como essa convivência afetou a constituição da sociedade colonial ou a cultura indígena. Muitos dos

historiadores clássicos, entre eles Câmara Cascudo, admitiam o “bom sucesso” do “processo de aculturação” indígena dentro das Missões, confirmado pelo “desaparecimento” do indígena como elemento étnico-cultural, fundido à população colonial (CASCUDO, 1980, p. 95).

No entanto, pesquisas histórico-antropológicas recentes efetuadas no Nordeste demonstraram que, ao contrário, o processo de contato com os indígenas não foi o esperado pela colonização. Eles não sofreram um “processo de aculturação”, isto é, eles não perderam sua cultura para ser colocada em seu lugar a cultura europeia: eles viviam um processo histórico em que tiveram que se adaptar para sobreviver, aceitando certos elementos culturais europeus e mesclando-os com os seus, agindo como súditos, mas permanecendo indígenas nas suas práticas e resistência à colonização.

Nesse sentido, as pesquisas recentes têm demonstrado a imensa importância da população indígena colonial, principalmente na participação da vida econômica. Até a primeira metade do século XVIII, os índios das Missões do Rio Grande, quando eram requisitados aos missionários, trabalharam para os colonos nas atividades produtivas, recebendo geralmente o pagamento em forma de tecidos entregues aos missionários, quando não em forma de cachaça utilizada para dar maior força para os trabalhos. Mulheres, homens e jovens trabalhavam para a colonização, servindo de amas de leite, de pedreiros, de guias e correios. Produziam o milho, o peixe e a farinha que ajudavam a sustentar a população colonial; extraíam a “casca do mangue” para os curtumes de Pernambuco; coletavam conchas para a fabricação da cal, e cascos de tartaruga e âmbar para a produção de objetos de toucador; coletavam o barro e produziam as telhas e tijolos utilizados nas casas coloniais.

Trabalharam também nas construções das Casas de Câmara e Cadeia de Natal, na limpeza e abertura de estradas, na manutenção da Fortaleza dos Reis Magos. Parodiando Antonil, foram “as mãos e os pés” de uma sociedade que não tinha recursos para importar escravos africanos.

Na historiografia clássica sobre a História do Rio Grande do Norte, a segunda metade do século XVIII é apontada como o período do povoamento colonial efetivo da capitania, e do consequente “desaparecimento” dos indígenas nativos. No entanto, documentos datados do período de transformação das Missões em Vilas demonstraram que, em 1759, havia cerca de um milhar de índios em cada uma das cinco Missões religiosas da Capitania do Rio Grande do Norte. Uma pergunta perdura: como a historiografia não aceitou que esses índios sobreviveram à colonização até aquele momento?

Quando as Missões de Guajiru, Guaraíras, Igramació, Mipibu e Apodi foram transformadas respectivamente nas Vilas de Estremoz, Arez, Vila Flor, São José e Portalegre, entre 1760 e 1762, seus índios adquiriram o status de “vassalos do rei”, com direitos e deveres definidos pelo novo Diretório dos Índios, como: a obrigação do uso da língua portuguesa e concomitante proibição do uso das línguas nativas, inclusive a língua geral; obrigação de adoção de sobrenomes portugueses (da mesma forma que se adotou nomes portugueses para as novas Vilas); obrigação de habitarem moradias nucleares e nas Vilas (transferindo-se a população circundante para a área urbana sempre que possível); fixação de moradores não-índios nas novas Vilas, com direito à posse das terras dos aldeamentos; mistura de várias etnias numa mesma localidade de moradia; incentivo aos casamentos mistos; obrigação do estabelecimento de uma

estrutura administrativa (Câmara) com a participação dos índios, principalmente dos Principais, como vereadores, alcaides, porteiros e até escrivães, passando a partilhar do projeto colonial; obrigação do estabelecimento de escola para o ensino de meninos e meninas (até 15 e 14 anos, respectivamente) ou, na falta desta, a fixação de mestres nas Vilas; abolição das distinções formais entre índios e não-índios, elevando-os à condição de súditos, inclusive com obrigação do pagamento de dízimo; e a continuação do trabalho compulsório para os colonos, recebendo salários que mal davam para o sustento individual.

Foi nesse momento que o índio deixou de ser visto como índio e tornou-se “caboclo” para seus contemporâneos. Lentamente, os índios deixaram de “ser” índios para a colonização e passaram a ser vistos como “trabalhadores livres e pobres”, indistintos etnicamente. Os caminhos que traçaram nesse momento para conseguir sobreviver foram o da acomodação ao novo sistema e/ou da miscigenação, quando não o da fuga para paragens desconhecidas.

Sobre esses índios do século XVIII, a historiografia clássica tornou-se ainda mais silenciosa, visto que admitia, genericamente, que “toda essa gente desapareceu”. Novamente utilizamos o exemplo de Câmara Cascudo, que, em seu livro História do Rio Grande do Norte, relata sucintamente um procedimento burocrático de elevação das Missões à categoria de Vilas no século XVIII e aponta o processo posterior de tomada das terras indígenas:

Quando algum fazendeiro rico atinava com a excelência das terras possuídas pela indiada, descobria um processo de evidenciar a conveniência de uma mudança para o grupo. O Ouvidor concordava e a multidão de casais era tocada,

como um rebanho, para fora. Ia uma autoridade guiando a manada. Escolhida outra paramgem. Dava-se nome. Chantava-se o Pelourinho. Lavrava-se uma Ata. Três vivas a El-Rei Nossa Senhor. Os indígenas estavam vilados. Outro fazendeiro começava a achar o terreno magnífico. E ia tomando, devagar. Essa foi a história dos bárbaros (CASCUDO, 1955, p. 38).

Não se nega aqui que o processo descrito por ele possa ter existido para algumas comunidades, contudo, graças a afirmações generalizantes como essas que o “desaparecimento” dos índios foi sendo construído historiograficamente. Em seu texto, não fica esclarecido quais são as comunidades que sofreram este tipo de ação, ou se foram todas. Não se explica para onde foi, afinal, essa “indiada”, já que suas terras, pelo que comenta, foram todas tomadas inexoravelmente. Por outro lado, as populações indígenas, descritas como “manadas”, sem vontade ou expressão de resistência à tomada de suas terras e à dominação, são inferiorizadas, desumanizadas, silenciadas.

Tarcísio Medeiros não fugiu a essa linha de pensamento. Para ele, os índios desapareceram devido ao extermínio das guerras, das epidemias e das “crises climáticas periódicas” [as secas]. Ressaltou, porém, que outro fator importante foi a assimilação: “[...] [os índios] fundiram-se em grande escala na população do Brasil e nela continuam a viver, embora o tronco da raça tenha desaparecido da superfície da terra [...]” (MEDEIROS, 1973, p. 65) e, como “influência decisiva” para este “desaparecimento”, ele apontou a elevação das Missões em Vilas. No entanto, Medeiros nada comenta sobre a população das novas Vilas, sobre seu modo de viver e seus conflitos, suas resistências. É como se,

pela mesma força de lei que elevou as Missões a Vilas, os índios deixassem de ser índios, pacificamente.

Outro historiador, Augusto Tavares de Lira, manteve a ideia do “desaparecimento”, mas com uma explicação diferente:

Com a criação das novas vilas, desapareceram todas as missões e os indígenas passaram a ser governados pelos diretores, que sucederam aos padres. A mudança foi para pior: estes, embora não conservassem a mesma abnegação e o mesmo desprendimento de que tinham dado notáveis exemplos nas primitivas reduções, pelo menos ainda liberalizavam o consolo da fé, propagavam o ensino e pregavam a moralidade dos costumes, aqueles exploravam, escravizavam, martirizavam. E a consequência foi que, em grande parte, os índios aldeados voltaram à vida errante dos primeiros tempos, sendo perseguidos e esmagados (LIRA, 1998, p. 151).

Isto é, para ele, os Diretores, novos administradores dos índios vilados, foram os responsáveis pelo fracasso do processo civilizador que levou ao abandono das Vilas e ao consequente desaparecimento dos índios perdidos pelos sertões. Esta ideia era muito comum no século XIX e perdurou na historiografia do século XX.

Como se nota, ao se buscar na historiografia clássica existente informações sobre o indígena do Rio Grande do Norte no século XVIII, encontram-se três diferentes versões para o unânime “desaparecimento”: ou eles foram extintos pela ação das guerras e epidemias, ou foram assimilados pela população das Vilas ou voltaram à vida

errante, na qual não conseguiram sobreviver. Essas versões foram lidas na documentação, como afirma Maria Sylvia Porto Alegre, e geraram, gradativamente,

[...] o discurso do “desaparecimento” [que] é absorvido pela historiografia, para descrever qualquer transformação decorrente do contato e de integração das sociedades indígenas, tornando-se um conceito vago e impreciso, mas de grande aceitação (PORTO ALEGRE, 1998, p. 24).

É o que se pode dizer sobre a historiografia que trata do Rio Grande do Norte colonial, pois o “desaparecimento” físico dos indígenas não existiu, dado que, ainda em 1805, havia a presença da categoria índio nos censos coloniais. E, o mais importante: foram encontradas pessoas indicadas como tal, pois, com uma população total da Capitania de 49.250 pessoas, 5.040 foram assentadas como índios, isto é, 10,2% da população, o que demonstra que o reconhecimento da sua identidade étnica não-branca permanecia presente nas estatísticas oficiais¹¹.

Por outro lado, em todas as três versões apresentadas sobre o pretenso “desaparecimento”, os índios são tratados como figuras estáticas, apagadas, sem lugar ou participação na história, obscuras e desprovidas de ação, que acabaram sendo tragadas e dispersas

¹¹ AHU – RN, cx 9, doc. 629, Ofício do Capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ao Secretário de Estado, Visconde de Anadia, em 15/04/1807. Anexo: Mapa geral da importação, produtos e manufaturas do reino pertencentes ao ano de 1805, feito no mês de Outubro de 1806.

na população colonial, e com ela se confundindo, desaparecendo da própria história. É esta concepção de somenos importância do índio na sociedade, na cultura, na economia, enfim, na história, que acabou acarretando o ocultamento dos índios pela historiografia, ou, melhor dizendo, acarretou o silêncio sobre os índios na historiografia. A ação dos índios, sua visibilidade, sua participação na vida social e política, com sua força cultural e étnica próprias, não foram identificadas por esses historiadores.

Para o entendimento do chamado “desaparecimento” do índio na historiografia, pode-se observar que no momento da criação das cinco Vilas de Índios – Estremoz, Arez, Portalegre, São José de Mipibu e Vila Flor (elevadas a mando do Rei D. José e seu Ministro Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, a partir das Missões religiosas de Guarafrás, Guajiru, Apodi, Mipibu e Igramació, respectivamente), as populações eram predominantemente indígenas. No entanto, nos censos efetuados nessas Vilas nos anos seguintes à sua criação, evidenciou-se um decréscimo populacional indígena, enquanto surgia e crescia numericamente uma nova categoria, o pardo. Ao mesmo tempo, também surgia na documentação colonial uma nova categoria, o caboclo, que indica um processo de “caboclização” em andamento. Isto é, um processo de transformação nominal do índio em caboclo, através do aprofundamento da desagregação tribal e descaracterização étnica, que não implica apenas numa aceitação passiva das imposições culturais luso-brasileiras, mas também pode ser uma estratégia de sobrevivência étnica,posta em ação num novo contexto histórico e baseado no aprendizado da convivência e das trocas culturais¹².

12 Sobre o processo de “caboclização”, ver Moreira Neto (1988).

Pesquisas regionais sobre a temática caminharam nesta perspectiva, com trabalhos já publicados sobre o contato colonial com as populações indígenas no período pombalino (PIRES, 2004; SILVA, 2002). Pesquisas que se tornaram necessárias face às lacunas que subsistem sobre a História Indígena no século XVIII, haja vista que numa das publicações mais importantes sobre a História Indígena, “História dos índios no Brasil”, o texto de Beatriz Dantas, José Sampaio e Maria Rosário de Carvalho sobre os povos indígenas do Nordeste não enfoca o período pombalino, enfatizando a retomada dos conflitos bélicos no início do século XIX, apesar de admitir que a vivência dos índios nas Vilas ajudou na continuidade do processo de desestruturação da cultura e economia indígena (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 444).

São lacunas como esta que necessitavam ser estudadas, segundo Maria Sylvia Porto Alegre, através da “[...] revisão do “desaparecimento” caso a caso, ponto de partida na tentativa de obter uma compreensão mais abrangente e diversificada da realidade indígena contemporânea e do próprio futuro” (PORTO ALEGRE, 1998, p. 26). A antropóloga lembra ainda que para o Nordeste essa proposta é ainda mais instigante e desafiadora, visto que os contatos entre índios e não-índios são tão antigos e intensos que levam à crença de uma completa desorganização e perda da identidade étnica.

No entanto, entende-se que, como último instrumento do indigenismo metropolitano do final do sistema colonial, o Diretório dos Índios destinou-se a conformar os limites da liberdade indígena e a ampliar a desarticulação tribal já iniciada nas Missões anteriores, procurando anular os elementos culturais distintivos sobreviventes das numerosas etnias já aldeadas. Apesar de complementar as chamadas Leis de liberdade, o que se pretendia com o Diretório dos

Índios era a imposição dos valores europeus, principalmente a vida sedentária, a ambição política e social, a acumulação de bens, a vida monofamiliar, numa clara tendência individualista, bastante cara ao fortalecimento do Liberalismo nascente. Além disso, o Diretório regulamentava a convivência entre índios e não-índios e determinava uma posição social específica para os índios que, não sendo escravos no sentido de ser propriedade de alguém, eram livres, contudo com direitos e deveres bem definidos e impedidos de seguir seu próprio modo de vida.

Contudo, assim como o Regimento das Missões não conseguira garantir aos missionários o sucesso esperado por eles para a imposição da cultura ocidental-cristã, isto é, que os índios fossem submetidos através da ação catequética, também se pode dizer que o Diretório dos Índios não teve sucesso nesta empreitada, levando-se em conta o despreparo dos agentes laicos disponíveis para a função de educar e integrar os índios à vida econômica e social da colônia (DOMINGUES, 1995, p. 71).

Nesse sentido, muitos autores são unâimes em afirmar que a implantação do Diretório dos Índios, tanto no estado do Grão-Pará como no do Brasil, não ocorreu sem resistência dos indígenas, demonstrada pelas diversas revoltas ocorridas (ALMEIDA, 1990, p. 161-77), pela elevada evasão das Vilas, principalmente a masculina (DANTAS, 1973, p. 10-8), pelos constantes conflitos com a população não-índia devido à disputa territorial (FLEXOR, 1995, p. 84), pela manutenção de sistema de residência comunal (FLEXOR, 1995, p. 86), pela resistência dos índios a frequentarem as escolas (quando estas existiam) e pela continuidade da fala nativa (DOMINGUES, 1995, p. 75).

Apesar do Diretório dos Índios ter levado a um amplo cerceamento da liberdade indígena e, consequentemente, contribuído devastadoramente para a desestruturação das etnias que ainda sobreviviam no território da Capitania do Rio Grande, ele não determinou a extinção da população indígena local, em que pese a miserabilidade em que viviam, pois, mesmo que muito diminuída numericamente, parte dela ainda sobrevivia identificada como indígena por ocasião da extinção do próprio Diretório dos Índios, no século XIX.

No Rio Grande do Norte, os novos estudos sobre a temática indígena foram iniciados também na década de 1980, quando surgiram os textos sobre a História Indígena colonial do Rio Grande por Olavo de Medeiros Filho, pesquisador dedicado à história colonial, com seu fundamental “Índios do Açu e Seridó” (1984), utilizando como fonte os cronistas holandeses.

No início da década seguinte, no ano de 1991, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte integraram o projeto Levantamento de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo, coordenado nacionalmente pelo Prof. John Manuel Monteiro, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, com a finalidade de se elaborar um “Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros”. O guia foi publicado em 1994 com as informações sobre a documentação histórica relativa à temática indígena existente nos acervos de manuscritos dos arquivos de Natal: Livros de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal; Livros de Termos de Vereação da Câmara de Natal; Livro do Auto de Repartição da Terra; Livros de

Registros de Sesmarias concedidas pelo Governo da Capitania do Rio Grande; Coleção de Documentos Avulsos; Livro de Registro dos Autos de Criação de Vila Flor e Atas da Câmara; Livros de Registro de Batismos, Casamentos e Óbitos.

Em 1993, sob a mesma coordenação do NHII-USP, efetuou-se o projeto denominado “Microfilmagem e Indexação dos Documentos Relativos à História Indígena e do Indigenismo”, sob a coordenação local da professora Marlene da Silva Mariz, trabalhando com o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que proporcionou uma divulgação maior da documentação relativa à temática indígena, motivando um maior interesse para o aprofundamento nas pesquisas. Como resultado desse trabalho conjunto, foi editado por Maria Sylvia Porto Alegre, Marlene da Silva Mariz e Beatriz Góis Dantas o catálogo “Documentos para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe” (1994), com indicações de fontes imprescindíveis ao estudo do Nordeste colonial.

Com esse manancial de documentos nas mãos dos pesquisadores, novos trabalhos começaram a aparecer, lentamente, mas contribuído para o conhecimento sobre os indígenas e sua relação com a história do Rio Grande do Norte e seu povo. Assim, num processo recente, a partir da década de 1980, um número crescente de pesquisadores, sejam historiadores ou antropólogos, debruçaram-se sobre os documentos históricos relendo a história dos nativos e europeus no início do Brasil para recuperar as relações que ambos estabeleceram entre si, com as suas formas, suas funções e seus resultados tanto para a colonização como para a cultura indígena. Contribuíram, ainda, para um redimensionamento da importância do papel e contribuição do indígena na sociedade potiguar.

Os indígenas nos livros didáticos

Num mesmo contexto de reformulação do pensamento histórico e social, em 1995, outra publicação, “A Temática Indígena na Escola” (SILVA; GRUPIONI, 1995), veio auxiliar na introdução das novas perspectivas sobre a história indígena na escola. Destinada a auxiliar o professor do Ensino Fundamental e Médio, o livro enfocava diversos aspectos revistos pelas pesquisas mais atualizadas naquela época sobre os indígenas e seu papel na formação do Brasil, pretendendo, assim, desmistificar os “mitos” quanto ao índio, seu mundo e seu papel na nossa história, produzidos pela historiografia ainda herdeira da visão dos colonizadores.

Os textos em geral apontam que, de forma semelhante à ausência ou minimização da atuação indígena na historiografia brasileira, os livros didáticos se atinham à presença indígena apenas nos trinta primeiros anos da colonização, praticamente calando-se sobre eles para os períodos posteriores. O tratamento dado aos índios, suas sociedades e culturas, além do seu papel na história, estava pautado em formulações esquemáticas e baseado em pressupostos ultrapassados.

Segundo Aracy Silva e Luís Grupioni, nos livros didáticos estavam contidas ideias firmemente arraigadas no senso comum, como:

[...] os índios não têm passado ou que representam um estado fossilizado do desenvolvimento humano; de que a aculturação é um caminho sem volta e que aponta para o desaparecimento inevitável de formas culturais distintas em meio a um processo homogeneizador e globalizador

mundial, ou ainda, de que os índios preservam a natureza circundante porque são parte dela (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 19).

Os autores apontam que os estereótipos mais comuns são os que associam os índios ao “primitivo” ou a um estágio de desenvolvimento mental de uma criança. Por outro lado, indicam que há duas maneiras distintas da população brasileira ver os índios: a do meio rural, localizada mais próxima de comunidades indígenas e onde ocorrem muitos conflitos pela posse de terras, os identificam com estereótipos de “preguiçosos”, “traiçoeiros” e “ladrões”. Já a população urbana, afastada da convivência com indígenas, pensa o índio como o “primeiro brasileiro”, alguém que permaneceu no passado e cujos descendentes formaram o povo brasileiro através da fusão das raças.

Para eles, os livros didáticos, inseridos nessa sociedade preconceituosa, privilegiam os aspectos culturais exóticos e burlescos, permitindo a construção da imagem de “[...] um índio genérico, estereotipado, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci e que fala tupi [...]” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 483). E essa imagem é a que permanece predominante, tanto na escola como nos meios de comunicação.

Percebe-se que o conhecimento histórico, antropológico e sociológico sobre os indígenas, desenvolvido a partir das últimas décadas do século XX, não tinha atingido o público em geral, tampouco os autores e professores.

Os pesquisadores sobre educação indígena Aracy Silva e Luiz Grupioni fizeram uma síntese das principais análises elaboradas

por pedagogos, historiadores e antropólogos sobre a imagem dos índios nos livros didáticos na década de 1980¹³:

- 1 - índios e negros são quase sempre enfocados no passado;
- 2 - a história que apresentam é a do descendente do europeu, em que índios e negros são secundários e pouco importantes na história e não refletem sujeitos históricos;
- 3 - apresentam uma história marcada por eventos significativos para os europeus;
- 4 - não apresentam os feitos e vivências dos povos que aqui viviam quando da chegada dos europeus, ignorando a história do continente americano;
- 5 - tratam as sociedades indígenas geralmente pela negação de traços culturais considerados significativos, ressaltando “o que falta”: escrita, governo, metalurgia, leis etc.;
- 6 - simplificam e generalizam os traços culturais de algumas sociedades para todas as que existiram no Brasil na chegada dos europeus;
- 7 - apresentam documentos e iconografias descontextualizadas, favorecendo a criação de um quadro de exotismo, preso ao passado colonial tupi na maioria das vezes;

¹³ Silva e Grupioni (1995, p. 487- 493). Baseado nos trabalhos de Rocha (1984); Pinto (1985); Almeida (1987); e Telles (1987).

8 – apresentam os índios no passado, reforçando a ideia evolucionista, em que os índios estariam entre os representantes da origem da humanidade primitiva e os europeus no ápice do desenvolvimento humano, permitindo a identificação de uma inferioridade daqueles;

9 – apresentam uma multiplicidade de imagens descontextualizadas no tempo e no espaço, que não permitem aos alunos entenderem a presença dos índios no presente e no futuro;

10 – resumem a contribuição dos índios para nossa cultura a uma lista de vocábulos e à transmissão de algumas técnicas e conhecimentos sobre o meio ambiente;

11 – apresentam a imagem de um índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre as sociedades;

Quanto à presença indígena na nossa história, os autores resumiram o que os pesquisadores apontaram como imagens “contraditórias e fragmentadas” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 487-493);

1 – num primeiro momento, os índios são apresentados como cordiais e amigáveis, ajudando os europeus a se instalarem; depois, os índios “começam a atrapalhar a colonização”, passando a ter uma imagem traiçoeira e perigosa;

2 – apesar dos índios serem apresentados como os que ajudavam os colonizadores iniciais, logo passaram a ser apontados como “preguiçosos”

242

27

– sendo muito rebeldes e difíceis de se controlar, foram substituídos pelos escravos negros no trabalho sedentário dos engenhos e fazendas;

– para esses índios indomáveis foi necessário utilizar um processo de catequização civilizadora que os ensinasse a viver no mundo dos colonos;

– apresentam, portanto, uma imagem dicotômica sobre os índios: “ou os índios são bons e é preciso que os protejamos tais como eles são, ou os índios são maus e é preciso trazê-los à ‘civilização’”;

– como resultado desse processo, ou encontramos índios vivendo isolados em lugares longínquos e inacessíveis ou em reservas; ou “já estão contaminados pela civilização e a aculturação é o seu caminho sem volta”, não sendo mais considerados índios verdadeiros.

Finalmente, os autores concluíram: “É assim que a questão indígena tem estado envolta num ambiente de preconceito, intolerância e muita desinformação” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 491). E propuseram que, para acabar com esse processo preconceituoso e discriminatório, era necessário gerar ideias e atitudes novas, com informações corretas e contextualizadas. Sugeriram que os autores de livros didáticos revissem as fontes históricas e teorias que utilizavam, procurando balizar seus escritos em pesquisas mais contemporâneas e atualizadas. Sugeriram, também, que os professores levassem à sala de aula a prática da “crítica séria e competente dos livros didáticos e o exercício de convívio na diferença, não só entre membros de sociedades diferentes, mas também entre aqueles que têm origens religiosas e culturais

diferentes". Finalmente, propuseram que o Governo Federal incentivasse a avaliação sistemática dos livros didáticos, para evitar que a discriminação e o preconceito fossem disseminados através de instrumentos de ensino que deveriam "colaborar na construção de uma sociedade pluriétnica, capaz de respeitar e conviver com diferentes normas e valores" (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 492).

Essas propostas, no entanto, demoraram mais de uma década para serem ouvidas. Com efeito, com o artigo 26-A da Lei n. 11.645, de fevereiro de 2008, tornou-se obrigatório em "todo o currículo escolar" dos Ensinos Fundamental e Médio, público e privado, o estudo da história e da cultura indígena. A lei afirma que devemos destacar a "luta dos povos indígenas no Brasil", a "cultura indígena brasileira" e a sua "contribuição nas áreas social, econômica e política" na "formação da sociedade nacional". Portanto, pela nova lei, os índios não poderiam mais ser citados apenas nos primeiros anos da colonização, pois sua trajetória histórica na formação da sociedade brasileira deveria ser estudada pelos 500 anos de nossa história. Além, disso, devia-se enfatizar a diversidade cultural desses povos e estimular o respeito às diferenças, ultrapassando a falta de conhecimento que causa a homogeneização e o preconceito.

A força da lei nem sempre é o bastante para que ideias, comportamentos e práticas arraigadas sejam superados, mas somente novas pesquisas nos livros didáticos escritos após 2008 poderão demonstrar se os livros didáticos já estão colaborando para essas mudanças esperadas.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina. *Os vassalos d'el Rei nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental (1750-1798)*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.
- ALMEIDA, Mauro William B. de. *Racismo nos livros didáticos*. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). *A questão indígena na sala da aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 13-71.
- ARRUTI, José Maurício. *Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.
- BEOZZO, Oscar. *Leis e Regimentos das Missões*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. t. 1 e 2.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

246

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: MCT, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Natal: Universidade Federal do Grande do Norte; Brasília: INL-MEC, 1980.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela C. Da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992 a.

_____. (Org.). **Legislação Indigenista no século XIX; uma compilação: 1808-1889**. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Indígena, 1992b.

DANTAS, Beatriz Góis. **Missão indígena no Geru**. Aracaju: Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/UFS, 1971. SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO NE, 5., 1973, Aracaju. Comunicado. Aracaju, 1973.

DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário de. **Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico**. In: CUNHA, Manuela C. da (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

FIGUES, Ângela. **A educação dos meninos índios no Norte da Terra de Santa Cruz na segunda metade do século XVIII**. In: SILVA, Maria Beatriz N. da. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 67-77.

GALLO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: VCN/EDI, 1994.

GRANDES, Florestan. **A organização social dos Índios mambás**. São Paulo: Progresso, 1949.

LEXOR, Maria Helena. **Núcleos urbanos planeados no século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil**. In: SILVA, Maria Beatriz N. da (Org.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 79-88.

RENTAS, Décio. **Escravidão de índios e negros no Brasil**. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.

RENTAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

RUYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: MCTEC/USP/SEC-SP, 1989.

247

8
2

- GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1988.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus.** Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 v.
- LEMOS, Vicente. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1598-1697).** Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio de Rodrigues, 1912. v. 1.
- LEMOS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1701-1822).** Natal: Tip. CERN: IHGRN, 1980. v. 2.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.
- MALHEIRO, A. M. Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social.** [1867]. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 2 v.
- MALLON, Florencia E. **Entre la utopía y la marginalidad: comunidades indígenas y culturas políticas en Mexico y los Andes; 1780-1990.** História Mexicana. v. 42, n. 2, p. 473-504, out./dez. 1992.
- MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão.** São Paulo: Comp. Ed. Nac., 1943.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte.** Natal: Ed. Universitária, 1973.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó.** Brasília. Ed. do Senado, 1984.
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1983.
- MONTEIRO, John Manuel (Org.). **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervo das capitais.** São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994.
- _____. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- NIMUENDAJU, Kurt. **Mapa Etno-Histórico de Kurt Nimuendaju.** Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

49
N

O
V
N

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

PEÑA, Guillermo de la. **Etnicidad, ciudadania y cambio agrario:** apuntes comparativos sobre tres países latinoamericanos. In: COLOQUIO DE EL COLEGIO DE MICHOACÁN: LAS DISPUTAS POR EL MEXICO RURAL, TRANSFORMACIONES DE PRÁCTICAS, IDENTIDADES Y PROYECTOS, 16., Apresentação... 1994. (Ed. fotocopiada cedida pelo autor).

PINTO, Regina Paim; MYAZAKI, Nobue. **A representação do índio nos livros didáticos na área de Estudos Sociais.** Revista do Museu Paulista, São Paulo, nova série, v. 30, p. 165-191, 1985.

PIRES, Idalina Maria. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial:** legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz. **Documentos para a História Indígena no Nordeste:** Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. São Paulo: USP/PAPESP, 1994.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio:** por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Ethnos*, Recife, n. 2, p. 21-44, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização.** Petrópolis: Vozes, 1977.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **Um índio didático:** nota para estudo de representações. In: ROCHA, Everardo Pereira Guimarães et al. *Testemunha ocular: textos de Antropologia Social do cotidiano.* Brasiliense: São Paulo, 1984.

ROCHA POMBO, Francisco da. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1922.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

252

SILVA, Isabelle Braz P. da. **Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A temática Indígena na Escola.** Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Dicionário Histórico e Geográfico, 1920.

TELLES, Norma, **A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora.** In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). **A questão indígena na sala da aula: subsídios para professores de 1^º e 2^º graus.** São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 73-89.

THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco. **História Geral do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.